

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais (2017 e 2016)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Monte Baldo Participações e Empreendimentos S.A. é uma Companhia Fechada que tem por objetivo única e exclusivamente a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.5) Investimento em Controlada

É classificado como controlada a entidade pela qual a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para

obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%.

A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

2.6) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.8) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos.

Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro (em Reais)	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	500,36	500,00
Fundos de investimentos financeiros (2).....	0,00	0,00
Total de caixa e equivalentes de caixa	500,36	500,00

(1) Referem-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros.

5) INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado Negativo de R\$ 554.360.492,71 (2016 - R\$ 0,00).

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Exercícios findos em 31 de dezembro

Empresa	Patrimônio Líquido	Quant. Ações Possuídas		Particip.no Capital Social	Resultado Equivalência Patrimonial	
	R\$	ON	PN		2017	2016
RCNON Empreend.Particip S.A	625.229.393,65	584.473	90	100%	185.004.324,72	
RCNPN Empreend.Particip.S.A	1.248.860.161,33	1.169.134	50	100%	369.356.167,99	

6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	2017	2016
Ordinárias.....		1.753.607	0
Preferenciais.....		140	0
Total		1.753.747	0

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 17 de fevereiro de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 1.746.684.309,00 elevando-o de R\$ 500,00 para R\$ 1.746.684.809,00 sem emissão de ações, mediante a capitalização de ações das empresas RNCON Empreendimentos e Participações S/A e da empresa RNCNP Empreendimentos e Participações S/A.

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações e de incorporações. Tais reservas são utilizadas, principalmente, para aumentar o capital social (quando houver).

c) Reservas de lucros

No mínimo, 40%(quarenta por cento) para a criação e manutenção de fundo de reserva com a finalidade de viabilizar a recompra ou resgate de ações pela companhia, limitado (a) a 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme apurado no último balanço patrimonial aprovado e (b) ao calor do capital social, sendo que os valores excedentes poderão ser distribuídos e/ou capitalizados pela Companhia por deliberação da Assembleia Geral.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria que, o mínimo obrigatório do exercício, de 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da Lei societária. A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

7) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Não houve.

8) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Não houve.

9) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Não houve

10) EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Luiz Felipe Kok de Sá Moreira Filho

CPF: 806.679.708-78

Função: Diretor

Contador

Luiza Maria de Camargo Nascimento

CPF: 311.297.098-50

Função: Diretora Superintendente

Claudio Ricardo Vicari

CPF: 195.541.868-35

CRC: 1SP 206.229/O-6